



DIAGNÓSTICO
SOCIOECONÔMICO E
AMBIENTAL E PROJETO
FINAL DE ASSENTAMENTO
DO PA FRUTA D'ANTA

Anotação de Responsabilidade Técnica
PA FRUTA D'ANTA

Coordenação

Professor José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Consultores

Professor Márcio Mota Ramos

Engenheiro Agrônomo

CREA-MG 11377-D

Walder Antônio de Albuquerque Nunes

Engenheiro Agrônomo

CREA-RO 1379-94

Geraldo Magela Damasceno

Engenheiro Civil

CREA-MG 54324-D

Leandro Santana Moreira

Biólogo

CRBio-04 – 37446-4P

11097250

Equipe Responsável pela Elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental e do Projeto Final de Assentamento do PA FRUTA D'ANTA

Coordenação Geral

Professor José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Mestre em Extensão Rural

Doutor em Sociedade, Desenvolvimento e Agricultura

Professor Márcio Mota Ramos

Engenheiro Agrônomo

Mestre em Engenharia Agrícola

Doutor em Recursos Hídricos

Socioeconomia

José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Mestre em Extensão Rural

Doutor em Sociedade,
Desenvolvimento e Agricultura

Cobertura Vegetal e Solos

Walder Antônio de Albuquerque Nunes

Engenheiro Agrônomo

Mestre em Ciência dos Solos

Doutor em Ciência dos Solos

Meio Biótico

Leandro Santana Moreira

Biólogo

Emílio Campos Acevedo Nieto

Graduando em Medicina Veterinária

Recursos Hídricos e Infra-estrutura

Geraldo Magela Damasceno

Engenheiro Civil

Mestre em Engenharia Agrícola

Doutor em Engenharia Agrícola

Geomática e Geoprocessamento

Rogério Mercandelle Santana

Engenheiro Agrimensor

Mestre em Engenharia Civil

Doutorando em Engenharia Civil

Sumário

1.	CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO.....	7
1.1.	Denominação do PA.....	7
1.2.	Data de Criação.....	7
1.3.	Distrito e Município/UF, Mesorregião/Microrregião FIBGE e Região Administrativa de Minas Gerais.....	7
1.4.	Número de Famílias.....	7
1.5.	Identificação, Localização do Imóvel e Vias de Acesso.....	7
1.6.	Área.....	7
1.7.	Perímetro.....	7
1.8.	Coordenadas UTM.....	7
1.9.	Sub-Bacias Hidrográficas.....	8
1.10.	Planta do Imóvel georeferenciada.....	8
1.11.	Limites.....	8
2.	HISTÓRICO DO PA.....	9
3.	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO PA.....	15
3.1.	DIAGNÓSTICO EXPEDITO DO MEIO FÍSICO E BIÓTICO.....	15
3.1.1.	Clima.....	15
3.1.2.	Geologia/Formações Superficiais.....	15
3.1.3.	Geomorfologia/Relevo.....	17
3.1.4.	Solos e ambiente.....	18
3.1.5.	Recursos hídricos.....	20
3.1.6.	Vegetação nativa.....	24
3.1.6.1.	Cerrado <i>strictu sensu</i>	24
3.1.6.2.	Cerradão.....	25
3.1.6.3.	Savana Parque.....	26
3.1.6.4.	Vegetação Campestre.....	27
3.1.6.5.	Matas de Galeria.....	27
3.1.7.	Fauna silvestre.....	29
3.2.	DIAGNÓSTICO DO USO ATUAL DOS RECURSOS NATURAIS E DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO.....	38
3.2.1.	Organização territorial atual: projeto de parcelamento, vias locais, infraestrutura etc.....	39
3.2.2.	Descrição dos atuais sistemas de produção e do uso e manejo dos recursos naturais.....	42

3.2.2.1.	Sistemas de produção	42
3.2.2.2.	Água.....	43
3.2.2.3.	Solos	43
3.2.2.4.	Vegetação.....	44
3.2.3.	Descrição dos sistemas de processamento e comercialização da produção.....	47
3.3.	DIAGNÓSTICO EXPEDITO DESCRITIVO DO MEIO ANTRÓPICO (SOCIOECONÔMICO)	49
3.3.1.	População	49
3.3.2.	Moradia e Saneamento.....	51
3.3.3.	Captação e abastecimento de água e energia	57
3.3.4.	Saúde.....	64
3.3.5.	Estradas e transporte.....	64
3.3.6.	Educação	65
3.3.7.	Organização social e econômica	68
3.3.8.	Relação com o Poder Público Local, Estadual e Federal e com Entidades de Classes, Igrejas, Ong's etc	69
4.	LEVANTAMENTO DO PASSIVO AMBIENTAL	71
4.1.	IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES	71
4.1.1.	Da organização territorial.....	71
4.1.1.1.	Solos	71
4.1.1.2.	Estradas.....	72
4.1.2.	Da construção de infra-estrutura	72
4.1.2.1.	Moradia e Saneamento.....	72
4.1.3.	Dos sistemas produtivos e de uso e manejo dos recursos naturais.....	72
4.1.3.1.	Vegetação.....	72
4.1.3.2.	Recursos hídricos	73
4.1.3.3.	Outros	73
5.	PROJETO FINAL DE ASSENTAMENTO	78
5.1.	MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS AOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS IDENTIFICADOS	79
5.1.1.	Educação ambiental com ênfase na questão do lixo.....	79
5.2.	MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DE INFRA-ESTRUTURA	82
5.2.1.	Estradas.....	82
5.2.2.	Saneamento básico	83
5.2.3.	Uso e distribuição da água	85

5.3.	MEDIDAS MITIGADORAS PROPOSTAS EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS AMBIENTAIS	86
5.3.1.	Recursos Hídricos.....	86
5.3.1.1.	Vereda	86
5.3.2.	Solos	87
5.3.2.1.	Erosão.....	87
5.3.2.2.	Pastagens	91
5.3.3.	Vegetação.....	95
5.3.3.1.	Mata de Galeria	95
5.3.3.2.	Cerceamento de áreas de reserva legal.....	97
5.3.3.3.	Reserva Legal.....	99
5.3.3.4.	Faixas de vegetação.....	101
5.3.3.5.	Uso do Fogo	101
5.3.4.	III. 4. Fauna.....	102
5.3.4.1.	Animais Silvestres I.....	102
5.3.4.2.	Animais Silvestres II.....	102
5.3.4.3.	Animais Domésticos	103
5.4.	O Delineamento do Projeto Final do PA Fruta D'Anta.....	104
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	105
	ANEXOS.....	108

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA)

1.1. Denominação do PA

Projeto de Assentamento Fruta D'Anta.

1.2. Data de Criação

1986.

1.3. Distrito e Município/UF, Mesorregião/Microrregião FIBGE e Região Administrativa de Minas Gerais

Distrito de Caratinga, município de João Pinheiro, estado de Minas Gerais. Microrregião de Paracatu, macrorregião do noroeste do estado de Minas Gerais.

1.4. Número de Famílias

220.

1.5. Identificação, Localização do Imóvel e Vias de Acesso

O Assentamento Fruta D'Anta possui área total de 18.731 ha (dezoito mil setecentos e trinta e um hectares) e localiza-se a 53 km do município de João Pinheiro. O acesso é feito quase que integralmente por estrada asfaltada e dá-se pela rodovia MG 181, que liga João Pinheiro a Brasilândia de Minas. Saindo de João Pinheiro pela BR-040, chegando ao trevo no sentido Belo Horizonte, tomar a MG 181 no sentido para Brasilândia, percorrer cerca de 50 km, antes de iniciar a subida da serra e entrar a esquerda onde existe um ponto de ônibus. Percorrer mais 3 km em estrada de terra até a sede do Assentamento.

1.6. Área

18.731,2796 ha.

1.7. Perímetro

89.173,311 m.

1.8. Coordenadas UTM

As coordenadas UTM do PA (sede do PA) são: 371.553 e 8.073.936m.

1.9. Sub-Bacias Hidrográficas

- Sub-bacia do Rio Feio
- Sub-bacia do Rio Verde
- Sub-bacia do Rio Paracatu
- Bacia do Rio São Francisco

1.10. Planta do Imóvel georeferenciada

1.11. Limites

Na região onde se localiza o PA Fruta D'anta não existem unidades de conservação nem reservas indígenas. Nesta área predomina a atividade agropecuária, com ênfase na pecuária extensiva e na produção irrigada de grãos, principalmente feijão, soja e milho. Por causa do padrão de uso das terras na região, observa-se, nos últimos 10 anos, o crescimento do conflito fundiário, com a ampliação da demanda por terra e o aumento do número de assentamentos rurais. No município de João Pinheiro, atualmente, existem cerca de sete projetos de assentamentos rurais conduzidos pelo INCRA, além de dois empreendimentos do Banco da Terra envolvendo cerca de 60 famílias.

- **Norte:** V&M Agro-Florestal, herdeiro de Benedito José dos Santos.
- **Sul:** Herdeiros de Sancho Gonçalves da Silveira.
- **Leste:** V&M Agro-Florestal Jorge Issler Richiter; Edgar Richiter, herdeiros de Manoel de Paula.
- **Oeste:** Companhia Mineira de Metais.

2. HISTÓRICO DO PA

Segundo Castro (1997), no município de João Pinheiro, a mobilização por reforma agrária deu-se a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do pólo da FETA-EMG. Estes, em meados da década de 80, influenciados pela proposta do I PNRA, ampliaram as discussões da luta pela terra que ultrapassou a resistência de antigos moradores rurais, passando a atuar também nas periferias da cidade, envolvendo trabalhadores rurais e urbanos. A luta resultou em 1986, na desapropriação da Fazenda Fruta d'Anta, e na formação do Assentamento.

Essa conquista serviu como referência para tantas outras mobilizações por acesso à terra, intensificadas a partir dessa época e que, muitas vezes, resultaram na formação de assentamentos rurais. A efervescência das mobilizações por reforma agrária, que deu origem à organização sindical na região, foi também momento oportuno para a formação de outros grupos de luta por reforma agrária, que não se encontravam vinculados à organização sindical ou a movimentos sociais organizados.

O processo que deu origem à criação do “Projeto de Reforma Agrária de Fruta D’Anta – João Pinheiro” iniciou-se em 1985 quando o Sindicato de Trabalhadores Rurais de João Pinheiro solicitou ao INCRA a vistoria dos imóveis: Fazenda Fruta D’Anta e Fazenda Ave Maria. Segundo os entrevistados, o imóvel pertencia a uma pessoa que era ligada à máfia italiana, Adalberto Sansoni e o local já era conhecido na região como um importante ponto de tráfico. Todos sabiam, os demais fazendeiros da região, os comerciantes, os órgãos públicos.

Segundo os entrevistados, foram as precárias relações trabalhistas entre o proprietário e os posseiros e carvoeiros que moravam de agregados no imóvel, que mais chamou a atenção do poder público local, na medida em que foi se tornando tensa. A situação exigiu que o prefeito municipal interviesse, tomando a iniciativa de buscar informações concretas sobre a Fazenda, confirmando assim, oficialmente que a mesma desenvolvia atividade ilegal, beneficiando a máfia.

O prefeito denunciou este fato às autoridades competentes e solicitou à polícia que fosse até o local. Entretanto, pouco antes de a polícia chegar, o proprietário conseguiu fugir, abandonando a fazenda.

Havia muita especulação e diversos interesses naquela propriedade. A maior pressão vinha da empresa White Martins, que pretendia transformá-la em área de reflorestamento e dos

carvoeiros que já trabalhavam na área e pretendiam intensificar o trabalho das carvoarias. Estes, inclusive, enquanto o processo se desenrolava na justiça estavam destruindo tudo e derrubando a mata.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de João Pinheiro, que se sobressai por seu engajamento na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, estava mobilizando e incentivando o grupo de sem-terras, composto por cerca de setecentas famílias, a ocuparem as fazendas supracitadas, que já estavam em estado de quase completo abandono, tendo como base econômica apenas atividades predatórias e carvoarias em regime de arrendamento.

O laudo de vistoria realizado pelo INCRA, comprovou as informações fornecidas pelo STR. O processo foi encaminhado a Brasília, culminando com a promulgação do Decreto de Desapropriação em junho de 1986. Cabe destacar que desde o início a atuação do STR de João Pinheiro foi fundamental para a criação e implementação do Assentamento, sendo que este Sindicato coordenou, a partir da sua listagem de mais de 700 famílias de sem-terra no município, a elaboração de listagem de 300 famílias interessadas na terra, para que fossem selecionadas. Participou também do trabalho de mobilização e constituição de uma associação de trabalhadores para coordenar o processo de assentamento nas fazendas desapropriadas.

A mobilização dos sem terra estendia-se para além do município de João Pinheiro, envolvendo também os sem-terra provenientes dos municípios vizinhos: Brasilândia, Cana Brava, Olhos D'Água e Santa Luzia. Em seus locais de origem, estes sem-terra exerciam as profissões de vaqueiros, carvoeiros e peregrinavam pelas fazendas em busca de trabalho pontual.

De acordo com um dos entrevistados, o momento de seleção das famílias a serem assentadas foi um dos mais difíceis, e definir quem ficaria naquele projeto de assentamento exigiu de imediato a elaboração de critérios bem definidos. Segundo o presidente da cooperativa, o principal critério adotado naquele contexto foi “priorizar as pessoas mais velhas no movimento e que já participavam a mais tempo das reuniões dos sem-terra.”

Decidiram coletivamente, ou como os entrevistados enfatizam: “decidimos tudo juntamente com a comunidade” sobre a seleção, tamanho e localização dos lotes. Esta definição também foi fruto de várias reuniões até se chegar a um acordo: aqueles lotes que se localizavam em áreas consideradas “fortes” teriam até 50 ha e os em áreas consideradas “fracas” teriam mais hectares. Cerca de três anos depois de estabelecidos nos lotes, eles receberam o crédito fomento, que é um apoio fundamental para iniciar as atividades produtivas.

Um dos entrevistados chama a atenção para uma característica da associação do Assentamento que tem o princípio de manter-se sempre em contato com o STR e em freqüentes negociações com INCRA. Em seu depoimento, ele coloca ênfase na expressão *negociação*, para enfatizar a autonomia da associação e confiança em sua capacidade de conduzir a construção efetiva do Assentamento, negando-se a depender do INCRA.

Para facilitar a gestão do Assentamento foram criados nove setores, cada um com seu representante. A comissão que representava o Assentamento era composta por um representante de cada setor: um diretor da FETAEMG, um diretor do STR e o presidente da associação. A associação sempre foi referência para os assentados nas negociações com o INCRA e com os demais órgãos e entidades, ficando em segundo plano a relação com políticos, a não ser com aqueles do Partido dos Trabalhadores.

Após três anos já assentados, uma questão incomodava sobremaneira os moradores: a morosidade do INCRA em demarcar os lotes. Este problema fez com que a associação se mobilizasse e montasse uma comissão composta por 13 pessoas, para irem a Belo Horizonte negociar diretamente com o superintendente estadual do INCRA. Propuseram que fosse agilizada a medição dos lotes ou que acatassem a medição que os próprios assentados fizessem. O INCRA concordou que eles mesmos medissem e os orientou sobre as áreas de reserva, que são três no total.

Os entrevistados fazem questão de relatar que a relação com o INCRA sempre foi bastante tranqüila. O grupo, procurando manter a sua autonomia, cita como exceção alguns casos que ocorreram, mas a comissão sempre estava bem orientada pelo STR e pela FETAEMG e procurava dialogar com os órgãos competentes para a criação do Assentamento, procurando garantir sempre a sua autonomia e o respeito por parte destes.

A questão da área de reserva é citada nos depoimentos como um destes casos de exceção na boa relação dos assentados com o INCRA. Os trabalhadores não concordavam sobre a definição da área de reserva e viam, na lei, que não poderiam nela trabalhar, pois era uma imposição do INCRA. Sobre esta questão, alguns assentados por usar tais áreas, chegaram a ser multados pela polícia federal em 1988.

Com muita habilidade e cuidado, relata um dos entrevistados, a diretoria da associação procurava administrar e gerenciar o Assentamento, ciente dos desafios que é organizar um PA tão grande, ou seja, 220 famílias. Imediatamente procuraram conhecer a área toda, a localização dos lotes, dos setores, e, como fruto de várias caminhadas pelo Assentamento, fizeram um excelente mapa da área, localizando os 222 lotes. Um dos entrevistados, orgulho-

samente, mostrou-nos este mapa. O INCRA também havia elaborado um mapa, identificando 243 lotes.

Quando em assembléia geral, ocasião em que o INCRA apresentou o “seu” mapa, com a diferença de 21 lotes, novamente houve certa tensão, pois os assentados não aceitaram aquele mapa apresentado pelo INCRA, que prudentemente voltou atrás e o refez, respeitando a versão já elaborada pelos assentados.

Quando os agrimensores contratados pelo INCRA vieram fazer a medição oficial, já estavam orientados a respeitar a medição feita pelos assentados. O mesmo ocorreu com as estradas internas; eles procuraram respeitar as que já existiam e haviam sido abertas pelos atuais moradores.

O momento da medição era aguardado com grande expectativa, uma vez que a partir dela se abririam os canais de recebimento de recursos que possibilitariam que as famílias investissem em infra-estrutura e na produção.

Desde o início do processo de implementação do Assentamento, a preocupação central era a escola. No início, criaram-se “ranchos”, barracões improvisados cobertos de palha para este fim e negociaram com a prefeitura, que assumiu o salário dos professores. No ano de 1997, começou o trabalho de nucleação das escolas e o funcionamento dos ônibus para trazer os alunos dos setores para a sede da escola já nucleada. Em 2000 já estava em funcionamento o segundo grau, mantido com recursos do governo estadual.

A assistência técnica era garantida pela EMATER desde o recebimento do primeiro recurso, chamado de BTN, do qual cada família recebeu o valor de CZ\$ 339.000,00 (trezentos e trinta e nove mil cruzados). Este recurso era para infra-estrutura, pastagem, cercas, sementes, investimentos no lote de maneira geral; e o sonho era o gado. Todos queriam criar gado, enfatizam em coro os entrevistados. Com o término deste programa, receberam do PROCERA o valor de CR\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais). Este recurso veio muito lentamente e eles foram aplicando aos poucos.

Quando os recursos começaram a chegar, aumentou também o trabalho da associação. “E agora o que fazer para investir o dinheiro que vai entrar?”, era a pergunta que incomodava os dirigentes. Segundo um dos entrevistados, sempre houve a preocupação com a gestão dos recursos, tanto no que se refere à parte econômica quanto à situação social das famílias. Em 1994, tiveram a iniciativa de fazer um levantamento socioeconômico do Assentamento e a partir desta iniciativa, constataram que a produção de grãos era muito pequena e a pecuária estava crescendo. Muitas famílias estavam negociando de forma isolada no mu-

nicípio a venda de queijo, leite, requeijão. Embora a farinha também tivesse papel importante na renda familiar, o mais forte mesmo era a atividade com o gado.

Com a revelação destes dados a partir do levantamento socioeconômico, resolveram fazer um seminário de três dias envolvendo a EMATER, a FETAEMG, os líderes do setor e o INCRA, para discutirem o que fariam a partir dali, respeitando as aspirações e os desejos dos assentados. Convidaram posteriormente o superintendente do INCRA para discutir em assembléia sobre a possibilidade de conseguir um recurso para criarem uma cooperativa. A primeira reação do superintendente desanimou o grupo.

Continuaram insistindo e, em 1995, realizaram outro levantamento mais minucioso e novamente constataram que a tendência mais forte na produção era a comercialização do leite. Neste ínterim, o superintendente do INCRA foi substituído e o que assumiu mostrou-se favorável à iniciativa dos assentados de se criar uma cooperativa de beneficiamento do leite.

Durante dois anos (1994 a 1996), dedicaram-se a agilizar a parte burocrática para criação da cooperativa. Foi por meio do PROCERA, teto 2, que conseguiram, finalmente, o financiamento para instalação das máquinas e assim, viabilizar a criação da cooperativa. Nesta ocasião já havia 137 sócios.

Em dezembro de 1998, eles encaminharam ao INCRA um projeto que tinha sido elaborado por dois técnicos da Universidade Federal de Lavras, para a comissão do PROCERA avaliar a viabilidade econômica, quando então o projeto foi aprovado. A construção da infraestrutura da cooperativa foi conduzida pelos sócios em regime de mutirão, e os técnicos vinham mensalmente para avaliar e orientar. No dia 14 de agosto de 1998 as máquinas começaram a funcionar e puderam então comemorar o primeiro resultado: produziram o equivalente a um caminhão de leite.

Um dos entrevistados enfatiza que este foi um outro momento difícil, pois havia uma certa descrença na capacidade dos assentados em gerir a cooperativa e fazê-la funcionar. Houve problemas com a Itambé e com outras empresas com quem tentaram negociar dentro do estado de Minas Gerais. Chegaram a trabalhar durante três anos com um laticínio de Corumbá (Goiás), mas o frete estava ficando muito caro, tornando a parceria insustentável.

Desde o início, o sonho dos cooperados era de que a cooperativa concorresse com as grandes e hoje avaliam que conseguiram se estabelecer sem concorrência e também que a cooperativa melhorou em muitos aspectos a vida dos assentados. Conforme evidenciaremos no item referente à produção, alguns sócios chegam a ganhar até 19 salários mínimos por mês, só com o leite.

A cooperativa tem boas relações comerciais (dentro e fora do estado) e os entrevistados justificam que isto se deve à coragem para lutar contra a mentalidade de alguns que diziam que não dariam conta. Foi acima de tudo um enfrentamento cultural. Hoje, o maior desafio ainda é conseguir o registro no SIF.

De modo geral, destacam o sentimento de que hoje estão em melhores condições financeiras que antes de serem assentados. Alguns fazendeiros não conseguem fazer o que eles (os assentados) fazem no âmbito da produção. E, mais que isso, se orgulham da possibilidade de usufruir o respeito como cidadãos capazes.

Perguntamos a um dos entrevistados o porquê ou porquês de o Assentamento ter características tão marcantes de que “está dando certo”, ao qual ele orgulhosamente respondeu: “à capacidade dos assentados, através da diretoria da associação, de exercer sua autonomia e investir em pesquisa, busca de informações antes de tomar decisões”. Entretanto, convém esclarecer que esta situação não é representativa de um universo geral dos assentados, conforme disse um dos entrevistados: “muitos estão bem e outros estão ruins financeiramente”. Segundo os entrevistados, “aqueles que priorizam o planejamento, a administração dos recursos e a participação da vida social e organizativa do Assentamento estão em melhores condições ”com certeza”, enfatiza o entrevistado, praticamente soletrando a palavra “certeza” para dar ênfase à sua constatação.